

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

**Ref.: Recursos Administrativos.  
Impugnação não analisada. Protocolizada  
fora nos moldes editalícios, mas dentro da  
plataforma eletrônica. Pregão Eletrônico  
nº 07/2024 – Juízo Anulatório.**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de análise levada a efeito no trâmite do Pregão Eletrônico nº 07/2024, cujo objeto é o *registro de preços para realização de laudos médicos para exames cardiológicos*, no qual, após a Sessão Pública realizada, foram interpostos três recursos administrativos pelas participantes: TI TELEMEDICINA INTEGRADA LTDA; SINUSAL TELEMEDICINA E TELECONSULTORIA LTDA; e ELITE LAUDOS LTDA.

Em que pese os robustos argumentos de mérito colocados por todas as recorrentes, importante, ao menos nesse momento, debruçar-se à análise do recurso interposto pela Recorrente Elite Laudos LTDA., especialmente no que se refere à alegada inércia da Administração na resposta ao seu pedido impugnatório realizado.

Nos termos do Edital Convocatório, todos os pedidos de impugnação/esclarecimento deveriam ser enviados para o e-mail: licitacao\_esclarecimento@itu.sp.gov.br **ou** protocolizados, de maneira física, no Paço Municipal da Estância Turística de Itú.

Todavia, o departamento de compras municipal não desabilitou a opção sistêmica na plataforma ComprasBR de impugnação/esclarecimento, permitindo, assim, que os licitantes também enviassem suas solicitações por lá, não obstante o mandamento editalício ser claro quanto à forma.

Pois bem, assim, a Recorrente Elite realizou sua impugnação administrativa protocolizando-a na plataforma ComprasBR, cuja análise não restou realizada, pois a Administração, seguindo o Instrumento Convocatório, apenas verificou aquelas recebidas via *e-mail* e protocolo físico, sequer sendo cientificada sobre a impugnação realizada pela mencionada recorrente.

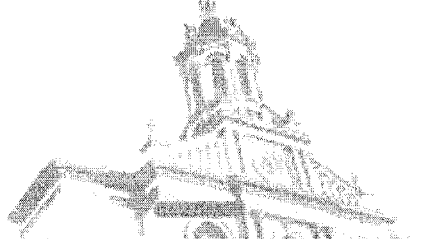
Diante do exposto, havendo potencial ilegalidade no procedimento licitatório e prejuízo à competitividade, os autos foram encaminhados para autoridade superior para análise e deliberação.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Cremos que a resolução da questão não consiste em mero provimento ou desprovimento do recurso administrativo, mas, diante da ilegalidade constata e do potencial prejuízo à competitividade, a anulação do certame como um todo se revela como medida jurídica correta.

Compulsando os autos e o procedimento administrativo instaurado, verifica-se que, de fato, o Edital Convocatório foi claro quanto à forma e o local para o protocolo de esclarecimentos/impugnações, que poderia se dar de forma presencial ou eletrônica, essa última a ser encaminhada para o *e-mail*: [licitacao\\_esclarecimento@itu.sp.gov.br](mailto:licitacao_esclarecimento@itu.sp.gov.br).

Não obstante a normativa editalícia, fato incontroverso que o Departamento de Compras, por um lapso, deixou habilitada a função de recebimento de



esclarecimento/impugnação pela plataforma eletrônica ComprasBR, a qual, diante da não previsão editalícia, não foi verificada pela equipe.

Assim, a impugnação da Recorrente Elite não foi respondida, sendo que tal fato consubstancia real prejuízo à disputa e patente ilegalidade no procedimento licitatório, cuja continuidade poderia se revelar deveras prejudicial ao resultado dos melhores preços e condições vantajosos e econômicas ao erário.

Deste modo, constatado o vício insanável, nasce a obrigatoriedade da anulação do certame pela Administração Pública, não sendo a hipótese de analisá-los à luz da conveniência e oportunidade como no instituto da revogação, nesses termos a Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

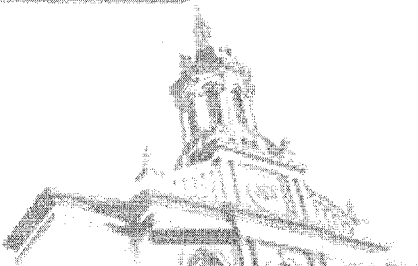
A diferenciação entre o dever (anulação) e poder (revogação) também é bem exposta quando da leitura do art. 71 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

Há de se consignar, ademais, que, no caso concreto, não ocorreu a adjudicação de nenhuma das participantes do certame e, em assim sendo, a medida não ensejaria nenhum



prejuízo a elas, não surgindo, desse modo, eventual preocupação com indenização, porquanto não há, por ora, direito adquirido.

Assim, detectada o vício insanável necessário se faz, por parte da Administração Pública, a anulação do certame, pois, qualquer ação diversa, tal como o acolhimento dos pleitos dos Recorrentes, ocasionaria novos vícios por ofensa aos princípios licitatórios à luz da isonomia competitiva que informa, como pilastra fundamental, as licitações públicas (arts. 5º, *caput*, 37, XXI, da Constituição Federal, e 3º, *caput*, dentre diversos outros, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

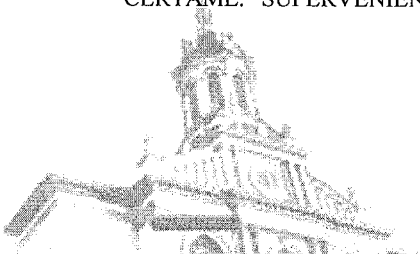
### III – DA CONCLUSÃO

Considerando todos os fatores retrocitados, bem como a ainda não homologação da licitação – de maneira a prevalecer a concepção do agente competente sem a participação dos licitantes diante de sua mera expectativa<sup>1</sup> –, DECIDE-SE, com fulcro no

---

<sup>1</sup> ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. SERVIÇOS BANCÁRIOS. REVOGAÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO. POSSIBILIDADE. ART. 49 DA LEI 8.666/93. CONDUTA LÍCITA DA ADMINISTRAÇÃO, EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DO JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. EXPECTATIVA DO LICITANTE VENCEDOR EM CELEBRAR O CONTRATO. AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO À CONTRATAÇÃO. MANUTENÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. 1. Hipótese em que o Banco Itaú S/A sagrou-se vencedor da Concorrência nº SC-010/2005, realizada pelo Estado de Alagoas para a prestação de serviços bancários, relativos ao pagamento de folha de servidores e fornecedores e centralização da arrecadação tributária, tendo sido tal certame posteriormente revogado, por ter a Caixa Econômica Federal, que já vinha executando os serviços bancários para o Estado, formulado proposta mais vantajosa para a Administração, que optou em prorrogar o contrato anterior, firmando um Termo Aditivo. 2. Conforme a expressa dicção do art. 49 da Lei nº 8.666 /93, a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo que tais critérios são avaliados exclusivamente pelo administrador, à luz das circunstâncias especiais que conduzem à desistência na contratação, não cabendo ao Poder Judiciário substituir tais critérios, podendo o ato ser examinado apenas sob os aspectos de legalidade. 3. No caso concreto, a revogação da Concorrência foi devidamente justificada, não havendo razão para invalidar o ato, porque a Administração vislumbrou uma proposta mais vantajosa, formulada após a licitação (o que caracteriza o fato superveniente), sendo o valor econômico direto (...) [TRF-5 - Apelação Cível AC 411495 AL 0002897-71.2006.4.05.8000 (TRF-5), Data de publicação: 23/01/2008].

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. REVOGAÇÃO. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. ART. 49, DA LEI 8.666/93. CONSUMAÇÃO DO CERTAME. SUPERVENIENTE CARÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO FEITO SEM



art. 71, III, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, pela **ANULAÇÃO** do Pregão Eletrônico n.º 07/2024, julgando-se, ainda, PREJUDICADOS todos os recursos interpostos, reiniciando-se o expediente de contratação do seu objeto, conforme o caso, através de novo processo próprio, atendendo-se ao quanto necessário à luz das regras e princípios incidentes.

Itu/SP, 18 de abril de 2024.



**Janaína Guerino de Camargo**  
**Secretária Municipal de Saúde**

RESOLUÇÃO DE MÉRITO. 1. A conclusão de procedimento licitatório no iter procedimental de Mandado de Segurança, por não lograr êxito a tentativa paralisá-lo via deferimento de pleito liminar, enseja a extinção do writ por falta de interesse de agir superveniente (art. 267, VI, do CPC). Precedentes do STJ: RMS 23.208/PA, DJ 01.10.2007 e AgRg no REsp 726031/MG, DJ 05.10.2006. 2. *In casu*, a Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul realizou Licitação, sob a forma de Pregão Presencial n.º 005732-24.06/06/8, para fins de contratação de serviços de telefonia de longa distância nacional e de longa distância internacional, no qual sagrou-se vencedora a empresa Brasil Telecom, por ter ofertado o melhor preço, tendo sido adjudicado o objeto do certame, consoante se infere dos autos da MC 11.055/RS. 3. *Ad argumentandum tantum*, a pretensão veiculada no Mandado de Segurança *ab origine*, qual seja, suspensão dos efeitos do Pregão 047/SEREG/2005, com a conseqüente restauração e manutenção do Termo de Registro de Preços 066/2005, firmado entre a EMBRATEL e a Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul, não revela liquidez e certeza amparáveis na via mandamental. **4. A exegese do art. 49, da Lei 8.666/93, denota que a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor confere mera expectativa de direito de contratar, sendo certo, ainda, que eventual celebração do negócio jurídico subsume-se ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.** Precedentes: RMS 23.402/PR, SEGUNDA TURMA, DJ 02.04.2008; MS 12.047/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 16.04.2007 e MC 11.055/RS, PRIMEIRA TURMA, DJ 08.06.2006. 5. *In casu*, a revogação do Pregão n.º 001/SEREG/2005, no qual a empresa, ora Recorrente, se sagrara vencedora, decorreu da prevalência do interesse público, ante a constatação, após a realização do certame, de que o preço oferecido pela vencedora era superior ao praticado no mercado. 6. Recurso ordinário desprovido. (STJ, RMS N.º 22.447 - RS - 2006/0169719-8 - 1ª Turma - Rel. Min. Luiz Fux - v.u. - D.J. 18.12.2008) (grifos nossos)

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO. 1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. 2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado. 3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido. **4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.** 5. **Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.** 6. **O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.** 7. **Recurso ordinário não provido.** (STJ, RMS 23.402/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 18.03.2008, DJ 02.04.2008) (grifos nossos).